

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1

ISSN 1677-7042

Nº 101, quinta-feira, 28 de maio de 2020

Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.223.331,39	4.225.834,03	4.607.689,01	4.282.439,36	4.384.275,92	4.372.786,24	5.767.450,79	233.023,86	6.476.340,26	4.331.883,34	4.331.604,63	4.391.960,87	51.628.619,70	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (II)= (I-II)	20.052.946,32	19.806.390,01	19.533.525,42	19.712.138,82	19.547.344,02	19.896.325,10	30.634.301,39	33.205.664,16	24.849.711,03	20.005.138,22	21.209.004,82	19.463.072,31	267.915.562,32	100.420,48
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													879.152.902.004,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)= (IIIa + IIIb)													268.015.982,80	0,030486
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													481.810.956,41	0,054804
LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único, art. 22 da LRF)													457.720.408,59	0,052064
LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVII) (ínciso II do §1º do art. 59 da LRF)													433.629.860,77	0,049324

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE-BA. Emitido em 26/mai/2020 às 11h e 30min.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limite máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.

.....3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 284, de 22 de maio de 2020.

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO, ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			R\$ 1,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			DESPESAS EXECUTADAS
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			325.665.571,13
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)			57.649.588,33
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III	% DA RCL	VALOR
Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	0,054961%	483.191.226,47
Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	0,054906%	482.707.692,37
Resol CNJ 1 7 7/2013	Ato decorrente:	0,054804%	481.810.956,41
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST/CSJT/2015			-

¹1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça \2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça \3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. EDMILSON JATAHY FONSECA JUNIOR
Presidente do Tribunal

RAIMUNDO DE CAMPOS VIEIRA
Diretor-Geral

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA
Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade

CATIUSCIA DANTAS ABREU OLIVEIRA
Coordenadora de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTRARIA Nº 120, DE 26 DE MAIO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - TRE-DF, referente ao primeiro quadrimestre de 2020, período de maio de 2019 a abril de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no inciso III e parágrafo único do art. 54 e § 2º da art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, considerando o item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário e o que consta do Procedimento Administrativo SEI nº 0003945-82.2016.6.07.8100, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal referente ao período de maio de 2019 a abril de 2020 e o Demonstrativo dos Limites de Despesa de Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9.4, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Des. HUMBERTO ADJUTO ULHÔA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)											INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)	
	LIQUIDADAS												
	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.550.772,91	6.663.279,93	6.344.451,83	6.489.638,57	6.403.215,99	6.393.773,66	9.928.257,81	7.084.326,05	9.240.588,82	6.521.302,23	6.662.685,11	6.591.046,17	84.873.339,08
Pessoal Ativo	4.655.854,47	4.731.066,23	4.535.949,80	4.649.723,99	4.563.369,77	4.513.598,58	7.026.215,26	5.169.502,52	6.442.150,15	4.643.821,14	4.792.005,07	4.720.366,14	60.443.623,12
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.014.096,49	4.091.671,97	3.906.270,57	4.011.244,03	3.928.570,75	3.888.775,82	5.773.096,57	4.540.129,80	5.814.374,06	4.010.861,55	3.998.081,47	3.926.835,83	51.904.010,91
Obrigações Patronais	641.755,98	639.394,26	629.679,23	638.479,96	634.799,02	624.822,76	1.253.118,69	629.372,72	627.776,09	632.959,59	793.923,60	793.530,31	8.539.612,21
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.894.918,44	1.932.213,70	1.808.502,03	1.839.914,58	1.839.846,22	1.880.175,08	2.902.042,55	1.914.823,53	2.798.438,67	1.877.481,09	1.870.680,04	1.870.680,04	24.429.715,96
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.310.591,00	1.347.886,26	1.223.225,66	1.225.873,04	1.244.767,51	1.288.526,01	1.999.045,55	1.323.174,46	1.910.024,27	1.273.613,54	1.272.922,73	1.272.922,73	16.692.572,76
Pensões	584.327,44	584.327,44	585.276,37	614.041,54	595.078,71	591.649,07	902.997,00	591.649,07	888.414,40	603.867,55	597.757,31	597.757,30	7.737.143,20
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º da art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152020052800127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



DESPESSAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.887.805,10	1.932.693,29	1.804.945,36	1.836.357,91	1.836.289,55	1.300.525,68	1.970.240,64	1.370,98	2.798.438,67	1.877.481,09	1.870.680,04	1.870.680,03	20.987.508,34	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores do período anterior ao da apuração	(7.113,34)	479,59	(3.556,67)	(3.556,67)	(3.556,67)	(3.556,67)	10.106,80	(1.981,46)	-	-	-	-	(12.735,09)	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.894.918,44	1.932.213,70	1.808.502,03	1.839.914,58	1.839.846,22	1.304.082,35	1.960.133,84	3.352,44	2.798.438,67	1.877.481,09	1.870.680,04	1.870.680,03	21.000.243,43	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.662.967,81	4.730.586,64	4.539.506,47	4.653.280,66	4.566.926,44	5.093.247,98	7.958.017,17	7.082.955,07	6.442.150,15	4.643.821,14	4.792.005,07	4.720.366,14	63.885.830,74	175.000,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR								% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)											879.152.902.004,53
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + II)											64.060.830,74
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)											207.154.798,30
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)											196.797.058,38
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)											186.439.318,47

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CORF/SAO/TRE-DF, emitido em 25/maio/2020, às 10h.

1' Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.
3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 284, de 26 de maio de 2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2019 A ABRIL 2020

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			RS 1,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			DESPESSAS EXECUTADAS
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)			85.088.339,08
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)			20.987.508,34
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			64.060.830,74
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100			0,007287%
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III		% DA RCL
Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,023607%
Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-
Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,023563%
			207.154.798,30

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável CORF/SAO/TRE-DF, emitido em 25/maio/2020, às 10h.

WESLEY NOGUEIRA AMARAL
Gestor Financeiro

CHRISTIAN EINSTEIN OLIVEIRA
Coordenador de Auditoria Interna

GUILHERME VALADARES VASCONCELOS
Diretor-Geral

Des. HUMBERTO ADJUTO UHLÔA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

PORTRARIA Nº 129, DE 25 DE MAIO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral De Goiás relativo ao primeiro quadrimestre de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL ELEITORAL DE GOIAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão 553/2017 TCU-Plenário, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral relativo ao primeiro quadrimestre de 2020 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LEANDRO CRISPIM

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)	
	MAI/19	JUN/19	JUL/19	AGO/19	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13256509,82	13601165,88	13102689,48	13316647,07	13146840,34	13156510,81	20047864,89	14930886,91	17047178,26	13167159,20	13565841,02	13470267,84	171809561,52	268729,50
Pessoal Ativo	11392479,75	11737135,81	11205731,91	11417960,10	11162878,28	11220246,98	17126544,75	1299054,97	14194039,21	11248199,63	11649443,15	11510669,58	146899384,12	268729,50
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9909751,38	10256846,66	9734304,27	9937299,63	9696426,14	9742029,83	14241869,21	11489169,43	1275984,26	9878902,51	9877963,38	923962,40	127150689,10	232327,28
Obrigações Patronais	1482726,45	1480287,39	1471425,88	1480658,71	1466450,38	1473035,39	2920673,94	1508883,94	1439054,95	1467297,12	1771479,38	1786707,18	19748681,10	36402,22
Benefícios Previdenciários	1,92	1,76	1,76	1,76	1,76	1,76	1,60	1,60	-	-	-	-	13,92	-

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE por pessoa(s) cuja(s) identidade(s) é(são) mantida(s) sob sigilo, visto que a publicidade dos atos pode acarretar prejuízo às investigações, bem como aos direitos da(s) pessoa(s) noticiante(s), autuada sob o número 001500.2019.20.000/5, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a ABUSO DO PODER DIRETIVO; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de DIAVERUM ASSISTÊNCIA MÉDICA E NEFROLÓGICA LTDA (CNPJ 59.650.366/0003-10, localizada na Avenida Desembargador Maynard, 174, Bairro Cirurgia, Aracaju, CEP 49055-210). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.

MARIO LUIZ VIEIRA CRUZ

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Presidência nº 120, de 26 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 28 de maio de 2020, pág. 128, no relatório "Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017 - TCU - Plenário. Item 9.4", na linha correspondente à "Despesa Bruta com Pessoal (I)", onde se lê "R\$ 85.088.339,08", leia-se "R\$ 85.048.339,08".

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

ATO Nº 77, DE 27 DE MAIO DE 2020
(Publicado no DOU de 28-5-2020)

ANEXO I (*)

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2019 A ABRIL 2020

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													R\$ 1,00
	(Últimos 12 meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	55.154.358,34	55.918.196,28	54.705.547,59	55.112.957,98	54.784.246,26	54.898.766,92	88.249.834,79	68.981.304,53	73.534.647,54	56.287.280,08	56.745.501,52	56.558.819,95	730.931.461,78	291.225,05
Pessoal Ativo	41.464.134,92	41.627.171,57	40.850.241,07	41.198.912,09	40.956.328,93	40.995.840,43	67.653.429,57	55.068.803,75	52.659.906,51	42.195.097,27	42.611.198,91	42.538.183,30	549.819.248,32	291.225,05
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas														
Variáveis	35.717.013,43	35.946.542,96	35.136.117,74	35.491.789,99	35.257.101,53	35.300.932,04	56.198.614,09	49.203.207,62	47.021.510,17	36.489.339,22	35.613.223,26	35.515.163,05	472.890.555,10	278.887,72
Obrigações Patronais	5.747.121,49	5.680.628,61	5.714.123,33	5.707.122,10	5.699.227,40	5.694.908,39	11.454.815,48	5.865.596,13	5.638.396,34	5.705.758,05	6.997.975,65	7.023.020,25	76.928.693,22	12.337,33
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.690.223,42	14.291.024,71	13.855.306,52	13.914.045,89	13.827.917,33	13.902.926,49	20.596.405,22	13.912.500,78	20.874.741,03	14.092.182,81	14.134.302,61	14.020.636,65	181.112.213,46	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.902.154,85	11.489.155,57	11.057.692,84	11.031.820,47	11.016.560,25	11.075.697,33	16.348.493,33	11.095.824,46	16.649.471,36	11.130.305,46	11.207.177,41	11.160.753,74	144.165.107,07	-
Pensões	2.788.068,57	2.801.869,14	2.797.613,68	2.882.225,42	2.811.357,08	2.827.229,16	4.247.911,89	2.816.676,32	4.225.269,67	2.961.877,35	2.927.125,20	2.859.882,91	36.947.106,39	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratação indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
contratos de terceirização ou de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	13.690.223,42	14.444.097,17	13.928.427,74	13.914.045,89	13.958.029,55	9.095.316,11	6.668.271,39	9.519.474,74	20.874.741,03	14.092.182,81	14.134.302,61	14.020.636,65	158.339.749,11	12.672,92
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
anterior ao da apuração	-	153.072,46	73.121,22	-	130.112,22	246.633,11	6.161,83	84.290,72	-	-	-	-	693.391,56	12.672,92
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.690.223,42	14.291.024,71	13.855.306,52	13.914.045,89	13.827.917,33	8.848.683,00	6.662.109,56	9.435.184,02	20.874.741,03	14.092.182,81	14.134.302,61	14.020.636,65	157.646.357,55	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	41.464.134,92	41.474.099,11	40.777.119,85	41.198.912,09	40.826.216,71	45.803.450,81	81.581.563,40	59.461.829,79	52.659.906,51	42.195.097,27	42.611.198,91	42.538.183,30	572.591.712,67	278.552,13

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	572.870.264,80	0,065162
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	960.553.669,20	0,109259
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	912.525.985,74	0,103796
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	864.498.302,28	0,098333

FONTES: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e ScCont/CCF/SOF/TRE-SP. Emitido em 22/05/2020 às 18h24min.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 284, de 22 de maio de 2020.

(*) N. da Cojeo: Republicado por ter saído, no DOU nº 101, de 28-5-2020, Seção 1, pág. 137, com incorreção.